

Apresentação

Nos últimos anos, a agenda de «como lidar com o passado» foi sendo cada vez mais associada à qualidade das democracias contemporâneas. Muitos anos depois do processo de colapso autoritário, democracias consolidadas revisitam o passado, quer simbolicamente, para superar legados históricos, quer, por vezes, para punir as elites associadas com os anteriores regimes autoritários. Novos fatores como o ambiente internacional, condicionalidade, clivagens partidárias, ciclos da memória e comemorações, políticas de perdão e outros, trazem, efetivamente, o passado de volta à arena política.

Na introdução a este livro enquadram-se os conceitos de legados autoritários, justiça transicional e política do passado como são hoje aplicados e analisam-se também as formas de justiça transicional que estiveram presentes durante os processos de democratização na Europa do Sul. A investigação sobre mudanças de regime, e particularmente sobre transições para a democracia, tem usado cada vez mais estes conceitos e, a bem da clareza conceptual, estes têm ser de apresentados à luz dos debates contemporâneos sobre o tema.

No capítulo 2, Alexandra Barahona de Brito sugere que o estudo da justiça transicional poderia beneficiar das perceções de estudos da memória e propõe que a justiça transicional será um primeiro passo em «ciclos da memória» existentes e que a política da memória, depois da violência do Estado, é qualitativamente diferente daquela que ocorre em tempos de paz e normalidade. Ilustra, também, algumas limitações de abordagens normativas abstratas e debate a forma como estas, e as perspectivas com base na história e num contexto específico, podem ser utilizadas como dois modos parciais de olhar para a mesma realidade. Su-

gere a visão de Wilber como um instrumento útil para pensar a questão de forma multidisciplinar.

Os seis capítulos seguintes são estudos em profundidade de Itália, Portugal, Espanha e Grécia. Marco Tarchi examina o caso italiano, mostrando com grande clareza analítica a correlação entre a natureza dual da queda do fascismo (uma nas regiões Centro-Norte do país que foram assoladas por uma cruel guerra civil entre *partisans* e a República Social Italiana, de 1943 a 1945; a outra nas regiões do Sul, onde o fascismo caiu em 25 de julho de 1943) e as contradições da justiça transicional italiana. Conclui que não é possível, neste caso, falar de um «saneamento falhado».

No capítulo seguinte, Filipa Raimundo analisa o papel dos partidos políticos no processo de criminalização e julgamento da principal instituição repressiva do Estado Novo – a PIDE/DGS – durante os dois primeiros anos da transição à democracia em Portugal (1974-1976). A análise centra-se, em particular, nos principais partidos com assento na Assembleia Constituinte, na sequência das primeiras eleições livres e justas que tiveram lugar no dia 25 de Abril de 1975.

Numa tentativa de explicar o intrigante acordo informal para não instrumentalizar o passado franquista, que se manteve por quase 30 anos, neste capítulo sobre a justiça transicional em Espanha, Carsten Humlebæk analisa as posições dos dois principais partidos políticos em relação a esse acordo. Investiga o reaparecimento de questões relacionadas com o passado autoritário nos últimos anos e dá particular ênfase à relação complexa entre os *media*, a esfera política e as exigências sociais quando se trata de explicar a recente erupção da memória.

A literatura sobre democratização afirma que as forças policiais de uma ditadura são difíceis de reformar, que os tipos de transição e os legados autoritários estão ligados, e prevê que uma transição contínua deixará maiores legados do que uma transição descontínua. Diego Palacios Cerezales analisa as reformas da Polícia durante a democratização em Espanha e em Portugal, comparando-as em diversas dimensões: mudanças simbólicas, desmilitarização, descentralização, responsabilização e profissionalização. Em ambos os países foi construída uma polícia democrática mas, ao contrário do que seria expectável, a Polícia espanhola efetuou uma reforma mais rápida e mais profunda do que a portuguesa, um resultado explicado pelo duplo legado de ditadura e revolução na transição portuguesa, pelos dilemas de credibilidade dos reformadores espanhóis e pelo impacto da devolução regional.

Na contribuição que se segue, Dimitri A. Sotiropoulos analisa o processo punitivo da justiça transicional na Grécia. A democratização da

Grécia foi uma transição por rutura controlada por elites. Na sequência da transição democrática de 1974, o Governo de Karamanlis considerou prioritárias a estabilidade política e as questões de política externa, em detrimento da justiça transicional mas, depois de conspirações antidemocráticas de um segmento das Forças Armadas, este governo de centro-direita optou por uma administração rápida e controlada da justiça transicional.

No penúltimo capítulo, Alexandra Barahona de Brito e Mario Sznajder traçam uma visão comparada de como os países da Europa do Sul e da América Latina – Grécia, Portugal e Espanha, e Argentina, Uruguai e Chile – lidaram com o legado de violações dos direitos humanos sob o poder autoritário na transição para a democracia e depois. Afirmam que, embora o contexto regional e internacional, ou *Zeitgeist*, possa ajudar a explicar a forma como a questão foi enquadrada e como as expectativas e ações dos diversos protagonistas foram envolvidas, é essencial que se compreenda como as condições internas moldaram estes processos.

Na conclusão, Leonardo Morlino repensa o conceito de legados autoritários e justiça transicional e reconsidera as atitudes perante o passado nas democracias da Europa do Sul. A sua conclusão é uma tentativa preliminar de sugerir definições e possíveis domínios para análises futuras, a nível de elites e de massas, com base na investigação que foi apresentada neste livro.

Alguns dos capítulos desta obra são o resultado de um projeto de investigação sobre democratizações e as atitudes perante o passado autoritário na Europa do Sul, levado a cabo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia [PTDC/CPO/66001/2006], e publicados em inglês no livro *Dealing with the Legacy of Authoritarianism: The «Politics of the Past» in Southern European Democracies* [António Costa Pinto e Leonardo Morlino (eds.), Londres, Routledge, 2011]. Gostaria de agradecer a Rita Veiga pela sua colaboração na tradução de vários capítulos e de expressar o meu reconhecimento às assistentes de investigação do projeto, Isabel Alcario, investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-UNL), e Cláudia Almeida, bolsreira de investigação no ICS-UL, pela sua ajuda na preparação do manuscrito.

António Costa Pinto